

REFORMA POLÍTICA. Defensores da proposta alegam que novo modelo torna campanhas mais baratas

# Voto em lista fechada divide opiniões em Alagoas

Sistema que vem sendo ventilado para 2018 deve pegar eleitores de surpresa, já que o voto vai para o partido, e não diretamente para um candidato

NIVIANE RODRIGUES  
REPÓRTER

A forma como elegemos os deputados federais, estaduais e vereadores no País pode mudar a partir das eleições de 2018, para um sistema de "lista fechada". Se aprovado, o eleitor não mais votará num candidato específico, mas no partido político. A ideia não surgiu de uma hora para outra. Existe em vários países, mas no Brasil ganhou fôlego entre congressistas enquanto a Procuradoria-Geral da República (PGR) finalizava e encaminhava ao Supremo Tribunal Federal (STF) mais um calhamaço de pedidos de investigação contra políticos com foro privilegiado.

Quem defende a mudança argumenta que é necessária para tornar as campanhas mais baratas e mais fáceis de fiscalizar. Isso porque as doações de empresas, alvo da Operação Lava Jato, estão proi-

bidas por decisão do STF. Quem se coloca contrário entende que é justamente das operações de combate à corrupção que querem se esconder aqueles que defendem o modelo.

A proposta é que o eleitor vote no partido em vez de escolher candidatos avulsos. Os votos são depois distribuídos de acordo com uma ordem de candidatos previamente definida pela legenda. Aí é onde está o xis da questão. Para os contrários à mudança na legislação eleitoral, o modelo favorece tão somente aos caciques da política, que aparecerão no topo da lista, eliminando qualquer chance dos demais candidatos.

É o que entende o advogado Henrique Vasconcelos, presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional de Alagoas. "O eleitor não vai votar no Fulano ou no Sicrano. Ele vai votar em determinado partido e esse

partido, nas suas convenções internas, terão uma relação classificatória, até o que permitir a legislação. Atingindo o quociente partidário e eleitoral, o primeiro da lista se elege. Se o partido conseguir atingir duas vagas, o segundo da lista se elege, e assim por diante. O partido começa a ter força. É uma tentativa de massificar as ideologias partidárias. De se fazer com que os partidos fiquem mais próximos ao eleitor", afirma.

Mas quem define a lista? O advogado responde: "Como nós conhecemos os partidos políticos no Brasil, a democracia partidária é algo surreal. Então, provavelmente, nesses primeiros anos, caso isso venha a se efetivar, será a própria executiva, os próprios diretórios estaduais, municipais que vão eleger essa lista", diz Henrique Vasconcelos.

A questão, segundo ele, "é que um sistema de lista fechada só seria viável, só teria algum viés democrático, se houvesse um processo interno, no partido, para que os filiados, que estejam aptos a votar nas convenções, possam escolher quais os candidatos e



AGÊNCIA CÂMARA

Principal preocupação é com a possibilidade de o novo modelo favorecer tão somente aos caciques da política, que aparecerão no topo da lista

em que lugar esses candidatos ficariam na lista partidária. Ou seja, deveria haver antes uma eleição interna nos partidos para que pudesse ter, aí sim, uma escolha democrática, que não os caciques dos partidos escolhessem, mas sim as bases de sustentação e aqueles que são filiados", ressalta.

O advogado eleitoral pontua que as críticas que se faz ao sistema surgem "em razão dessa inexistência de democracia partidária

e a tentativa dos políticos de se esconderem atrás de uma legenda. Hoje muitos deles estão com medo de colocar a cara na urna", ele diz, ao afirmar que a discussão do sistema, que vem entrelaçada com o debate em torno do financiamento de campanha, possibilita ao candidato ao mesmo tempo se proteger e garantir os recursos para realizar a campanha via partido.

"Se escondem, não se expõem, gastam o dinhei-

ro em prol de um determinado partido, mas quem está na lista, quem tomará posse serão os próprios", observa.

O advogado afirma ainda que apesar de não ser um processo fácil, porque precisa mudar a Constituição Federal, pode, sim, passar. "Esgotando a pauta política, que passa por reformas como a da Previdência, o debate em torno da pauta da reforma eleitoral ganhará mais força", ressalta.

RICARDO LÉDO - ARQUIVO GA



Ranulfo Paranhos: "Lista fechada funciona onde há amadurecimento"

## "Eleitor mediano deve ter dificuldades"

O cientista político Ranulfo Paranhos faz a análise das vantagens e desvantagens da lista fechada. "O primeiro elemento é que o eleitor precisa se identificar muito mais com o partido. Agora, imagine a dificuldade que teria o eleitor mediano em se identificar com os partidos no Brasil. Segundo: que candidatos os partidos escolherão para colocar no topo da lista? Ora, seguramente são aqueles dentro do partido que têm mais força", adverte.

A força dentro do partido no Brasil, ressalta Ranulfo, "não advém da apresentação junto ao inte-

resse popular, mas daquele que está há muito tempo na legenda, porque ele tem mais dinheiro, conduz o partido, tem um cargo de comando", afirma.

O cientista político e professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) afirma ainda que "os partidos no Brasil ainda não chegaram a esse ponto de conduzir ou participar de eleições com listas fechadas. Ainda não há identificação do eleitor brasileiro com os partidos políticos", afirma.

Segundo ele, "as listas fechadas funcionam onde os partidos estão amadurecidos e institucionalizados.

Além disso, não há a quantidade de partidos como se tem no Brasil. A França tem cinco partidos atuando, Alemanha, tem sete. Nos países centrais da Europa, onde a lista fechada funciona, os partidos são instituições públicas e sérias", ele diz.

O modelo é adotado em 29 países no mundo. Entre eles estão Espanha, Portugal, Israel, Turquia, África do Sul, Argentina e Uruguai.

### CACIQUES POLÍTICOS

Outro problema, afirma Ranulfo Paranhos, "é que os partidos políticos no Brasil são conduzidos

por caciques, por figuras que mandam, que são donos das legendas. Portanto, no Brasil, no topo da lista, estariam os indicados, escolhidos a dedo pelo cacique. Não porque o indivíduo obteve mais voto ou não obteve. Esse é o problema. É a forma como a lista vai ser escolhida, porque os partidos não estão institucionalizados".

Outro cenário, de acordo com o cientista político, por exemplo, pode surgir quando "o prefeito de uma cidade mediana disser que quer ser o candidato do partido, mas só entra se for no topo da lista", ele alerta. NR